



## A Influência do Neoliberalismo na Educação Pública Paulista Contemporânea o Novo Ensino Médio Lei nº 13.415 de 2017

## The Influence of Neoliberalism on Contemporary São Paulo Public Education the New High School Law No. 13.415 of 2017

Rodrigo Fermiano de Morais Júnior<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo visa debater acerca das transformações na educação brasileira ocasionadas pelo Novo Ensino Médio (LDB nº 13.415 de 2017) e analisar a influência do neoliberalismo na educação buscando no campo histórico sua semelhança com a pedagogia tecnicista de 1971. Discute-se os mecanismos que ligam a educação ao estado liberal e conseqüentemente a educação ao mercado, salientando que a atual reforma brasileira repete diversos erros de reformas passadas, todas ineficazes para alterar, de forma substancial, a natureza geral do ensino aprendizagem e sua subserviência ao mercado neoliberal. Também é observado como a influência do capitalismo e do neoliberalismo se misturam ao modelo educacional vigente e a persistência da pedagogia liberal e as raízes do tecnicismo pedagógico no Brasil. A metodologia centra-se na análise de leis sobre a educação e discussão historiográfica.

**Palavras-chave:** Novo Ensino Médio. Ensino Tecnicista. Educação. Neoliberalismo.

### Abstract

This article aims to debate the transformations in Brazilian education caused by the New Secondary Education (LDB nº 13,415 of 2017) and analyze the influence of neoliberalism in education, seeking in the historical field its similarity with the technical pedagogy of 1971. The mechanisms that link education to the liberal state and consequently education to the market, highlighting that the current Brazilian reform repeats several errors of past reforms, all of which were ineffective in substantially altering the general nature of teaching and learning and its subservience to the neoliberal market. It is also observed how the influence of capitalism and neoliberalism mix with the current educational model and the persistence of liberal pedagogy

---

<sup>1</sup> Graduando do 4º ano de História do Unisagrado. Artigo realizado sob a orientação dos professores Drs. Lourdes M. G. C. Feitosa e Roger M. M. Gomes, para as disciplinas de Metodologia da Pesquisa em História e História Contemporânea.



and the roots of pedagogical technicality in Brazil. The methodology focuses on the analysis of laws on education and historiographical discussion.

**Keywords:** New High School. Technical Education. Education. Neoliberalism.

## **Introdução**

Dos poucos artigos sobre história da educação, bibliografias e livros por Apple (2006), Bonadia (2020), Chirinéa (2017), Freire (1987), Frigotto (1999), Giroux (2014), Harvey (2005), Libanêo (1987), Mészáros (1981, 2008), Newton (2011), Pereira (1996) e Santos (2019), estes são de importância neste artigo, levando em consideração o âmbito de interesse de enriquecimento acerca do tema história da educação como também necessários para a realizações de debates críticos acerca do novo ensino médio e a atual influência do neoliberalismo nesse modelo, serão utilizados alguns livros que abordam temas relacionados a alienação e a influência do Neoliberalismo na educação, especificamente Frigotto (1999) em seu livro Educação e a crise do capitalismo real tem como objetivo principal a análise da crise do capitalismo a partir dos anos de 1970 com foco em suas influências na atualidade tendo em vista políticas e ideologias neoliberais.

Newton Duarte (2011), em sua obra, lança uma crítica incisiva às interpretações neoliberais da teoria de Vigotski, destacando o papel ideológico dessas apropriações. Ele ressalta a maneira como essa interpretação mantém a hegemonia burguesa na educação, ao incorporar os conceitos vigotskianos dentro do contexto ideológico presentes na sociedade neoliberal e pós-moderna.

Será de importância a análise do artigo do professor e doutor em educação Fernando Bonadia (2020), que exemplifica a semelhança entre o novo ensino médio e a escola tecnicista de 1971, argumentando que em ambas as reformas não foram realizadas uma devida mudança nas bases de ensino e sim uma educação voltada para os tradicionais moldes do mercado e do Estado Liberal.



No campo das leis, é importante ressaltar as duas fontes que serão analisadas durante esta pesquisa por meio do método de educação comparada, a LDB nº5692, de 1971 (Educação Tecnicista) e a Lei de Diretrizes e Base - LDB nº 13.415, de 2017 (Novo Ensino Médio), está última responsável por realizar a alteração na a LDB nº 9.394 de 1996 e implementar o novo ensino médio.

Estas leis nos dão informações sobre o contexto da Educação em dois diferentes períodos da história do Brasil. Aqui busca-se os embates e as semelhanças acerca destes dois modelos de educação, já que tanto a pedagogia tecnicista quanto o Novo Ensino Médio Paulista consideram as necessidades do mercado de trabalho ao desenvolver seus currículos e abordagens educacionais.

Nessa análise histórica será dado destaque à conexão entre a reforma atual, Lei nº13.415/2017, e a reforma escolar presente durante o período da ditadura, Lei nº5.692/1971 para evidenciar a influência do neoliberalismo em ambas as reformas educacionais. Ademais, é fundamental destacar a duradoura permanência e uma convivência desfavorável entre a abordagem pedagógica liberal e o enfoque técnico na pedagogia, ao longo da história educacional brasileira. Essa coexistência persistente e muitas vezes de tem impactado prejudicial ao panorama da educação pública do país.

Os objetivos a serem alcançados ao longo deste artigo são demonstrar que a reforma Novo Ensino Médio traz consigo o tecnicismo e o neoliberalismo como base, assim como em reformas anteriores; analisar diversas fontes (escritas não oficiais, escritas oficiais) a respeito do tema proposto e entender como a influência do capitalismo e do neoliberalismo se misturam ao modelo educacional vigente e interferem na sua organização.

A Lei nº13.415/2017, a reforma atual, exerce impacto em todos os níveis da educação nacional. Embora haja reconhecimento de que seus princípios estejam presentes em diretrizes oficiais anteriores, seus apoiadores a promovem como uma renovação genuína.

É importante ressaltar que a reforma atual no Brasil reitera os mesmos obstáculos enfrentado por reformas anteriores, todas elas falhando em mudar de maneira significativa a essência geral da didática tradicionalmente aceita.



É inegável que a educação, em sua origem, propósitos e funcionalidade, constitui um fenômeno de caráter social, estreitamente vinculado ao contexto político, social, econômico, científico e cultural de uma sociedade historicamente delimitada.

Em seu escopo mais amplo, trata-se de questões que visam compreender o papel social dos diversos procedimentos educacionais na geração e perpetuação das relações sociais. Num nível mais específico, abordam as conexões entre a estrutura socioeconômica, o processo produtivo, as mudanças tecnológicas, a dinâmica e a divisão do trabalho, a geração e manutenção da mão de obra, bem como os processos educacionais ou de formação humana. Conforme Mészáros (1981), para além da replicação em larga escala das diversas competências necessárias à atividade produtiva, o intrincado sistema educacional da sociedade desempenha igualmente um papel crucial na criação e perpetuação do conjunto de valores que delineiam os objetivos e metas individuais. É por meio desse aspecto que as estruturas de integração social capitalistas e ideologias neoliberais não se mantêm automaticamente.

Neste novo contexto global conhecido por acadêmicos como a sociedade do conhecimento, o aprendizado não deveria seguir os mesmos moldes do passado. Podemos identificar similaridades fundamentais entre o modelo pedagógico do trabalho taylorista\fordista, baseado na separação entre o pensamento e a ação, na segmentação do conhecimento e na ênfase na memorização, e o novo formato do ensino médio.

Mészáros (1981) e Newton Duarte (2011) fazem uma crítica clara ao neoliberalismo na educação na perspectiva da mercantilização da educação. Segundo eles, este seria a forma alienada e esvaziada pela qual é captada, no interior do universo ideológico capitalista, podendo ser combatida apenas com a necessidade de superação do caráter estático e unilateral da educação escolar tradicional.

Segundo Frigotto (1999), do ponto de vista das elites dominantes ao longo da história, a educação dos distintos estratos trabalhistas é conduzida com o claro propósito de capacitá-los, tanto tecnicamente quanto social e ideologicamente, para a inserção no mercado de trabalho. Isso implica em subordinar o papel social da educação de maneira controlada, atendendo às exigências do capital.

A partir destas perspectivas de Mészáros (1981), Newton Duarte (2011) e Frigotto (1999) busca-se o embate reflexivo, analítico e crítico de ideias, adjunto com a pluralidade, se



utilizando da análise geral e específica a fim de gerar mais debates a respeito do tema, pois a partir da dúvida que se desenvolve as pesquisas e artigos e através da mesma se formam as novas narrativas acerca do “passado” e presente, podendo assim preencher as lacunas da História Educação e trazer à tona as discrepâncias acerca do seu desenvolvimento na sociedade contemporânea Paulista.

## **I – A Influência do Neoliberalismo e Educação Tecnicista**

No estudo de Gaudêncio Frigotto (1999) é ressaltada a conexão entre a produção em andamento e o sistema educacional, moldados pelas dinâmicas das interações capitalistas, muitas vezes internalizadas e, por conseguinte, dissociadas das estruturas de classe e das esferas de poder, tais como o mercado e os avanços tecnológicos. Sob essa perspectiva, a educação se torna subserviente às exigências neoliberais e da acumulação capitalista. Frigotto propõe uma nova abordagem na relação entre educação e trabalho. Sua visão sobre o trabalho assemelha-se à visão perspectiva de Marx e Engels, identificando-o como um elemento formador que molda a realidade. Nessa linha de raciocínio, a educação se ergue como um alicerce essencial para o avanço das necessidades humanas em suas esferas afetivas, intelectuais, lúdicas e físicas, propiciando, assim a expansão das habilidades voltadas ao trabalho. Estes conceitos estão intrinsecamente ligados à condição humana e não deve em nenhuma hipótese ser suscetível à mercantilização.

Segundo Bonadia (2020), o novo ensino médio, implementado em diversos países, incluindo o Brasil, tem sido objeto de debate e críticas acirradas entre toda a sociedade contemporânea. Bonadia (2020) analisa como a influência do neoliberalismo na educação pública paulista se manifesta no Novo Ensino Médio, destacando suas consequências e preocupações entre elas deve-se destacar a flexibilização curricular em prol do mercado.

### **1.1 Flexibilização Curricular e Mercantilização Levando a Desigualdade**

Uma das principais características do Novo Ensino Médio é a flexibilização curricular, que permite aos alunos escolherem itinerários formativos. No entanto, essa abordagem, muitas vezes, é vista como uma manifestação do neoliberalismo na educação, incentivando a



mercantilização da educação, onde os alunos são tratados como consumidores escolhendo produtos em um mercado. Uma das principais características do neoliberalismo na educação é a sua tendência à mercantilização. Escolas e universidades passaram a ser encaradas como entidades de mercado, onde a lógica do lucro muitas vezes se sobrepõe à missão educacional. Isso pode levar à priorização de cursos e programas lucrativos em detrimento da qualidade do ensino.

A ênfase na flexibilidade curricular pode agravar as desigualdades educacionais. Alunos de famílias com recursos financeiros podem acessar itinerários mais atrativos e orientados para a carreira, enquanto outros podem enfrentar limitações em suas escolhas devido a barreiras econômicas.

Uma crítica recorrente é que o novo ensino médio, influenciado pelo neoliberalismo, muitas vezes prioriza a formação técnica e profissional em detrimento da educação integral assim como observado na LDB nº5692 de 1971. Isso pode reduzir a ênfase na cidadania crítica e na formação de indivíduos capazes de contribuir para a sociedade em uma variedade de áreas.

Políticas neoliberais frequentemente promovem a privatização na educação, enfraquecendo o sistema público, o que resulta em uma erosão do ensino público de qualidade, tornando-o menos acessível para aqueles que dependem dele; outro impacto preocupante é o agravamento das desigualdades de acesso à educação. À medida que o financiamento público diminui em favor de sistemas baseados em taxas de matrícula e mensalidades, aqueles com recursos financeiros têm mais chances de obter uma educação de qualidade, enquanto outros podem enfrentar barreiras financeiras significativas.

O neoliberalismo na educação muitas vezes resulta em padrões curriculares padronizados e avaliações em massa baseadas em testes. Isso pode levar a uma abordagem de "ensino para o teste" que não promove o pensamento crítico e a criatividade dos alunos.

## **1.2 A Persistência do Neoliberalismo na Educação.**

Como visto anteriormente, o neoliberalismo é uma abordagem econômica e política que ganhou destaque nas últimas décadas do século XX e teve um profundo impacto em várias



esferas da sociedade, incluindo a educação. Essa ideologia prega a redução da intervenção do Estado na economia, promovendo a livre competição e a privatização de setores antes controlados pelo governo. No contexto educacional, o neoliberalismo trouxe mudanças significativas, influenciando políticas, práticas e estruturas, exploraremos os efeitos do neoliberalismo na educação e os desafios que essa abordagem apresenta.

Uma das características centrais do neoliberalismo na educação é a promoção da privatização. Isso significa que, em vez de dependerem exclusivamente de escolas públicas, os estudantes e suas famílias têm acesso a uma variedade de escolhas educacionais, muitas vezes fornecidas por instituições privadas. Embora isso possa aumentar a concorrência e a diversidade de opções, também pode criar desigualdades, uma vez que nem todos têm igualdade de acesso a essas instituições.

A mercantilização da educação é outra consequência do neoliberalismo. A educação se tornou uma mercadoria, com escolas e universidades competindo no mercado para atrair alunos. Isso acaba por transformar a educação em uma ênfase excessiva em resultados financeiros, em detrimento da qualidade da educação.

Um dos maiores desafios do neoliberalismo na educação é a questão da equidade e inclusão. A ênfase na competição e na privatização pode resultar na exclusão de grupos marginalizados, que podem não ter recursos para acessar a educação privada. Isso pode agravar as desigualdades educacionais e sociais.

O neoliberalismo se traduz em cortes nos gastos públicos, incluindo a redução do financiamento para instituições educacionais públicas. Isso pode levar a uma diminuição na qualidade da educação oferecida, com salas de aula superlotadas, infraestrutura inadequada e professores mal remunerados. Além disso, a necessidade de financiamento privado pode criar desigualdades, já que algumas instituições educacionais podem acessar recursos com mais facilidade do que outras.

O neoliberalismo, segundo Harvey (2005), enfrenta críticas por seus impactos negativos na equidade e inclusão. É importante que as políticas educacionais sejam cuidadosamente equilibradas para garantir que a educação seja acessível, de alta qualidade e equitativa para todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica.



Frigotto (1999) observa que durante o início dos anos 1990, as discussões no campo educacional têm se direcionado à concepção de uma escola integrada conforme foi sugerido por Gramsci, enfatizando a formação politécnica de pensamento crítico em oposição às ideias neoliberais, que defendem uma escola estritamente instrumental e fragmentada, focada unicamente na preparação dos trabalhadores. Ao ampliar a análise sobre a interligação entre educação e trabalho, o autor salienta o papel crucial desempenhado pela tecnologia na transformação dos processos de produção e nos empregos, sobretudo em face da crise do modelo de linha de montagem de produção em massa fordista.

O autor interpreta essa crise como um estímulo para o surgimento para novas estruturas sociais responsáveis pela organização do capital. Defensores do Novo Ensino Médio sinalizam para o progresso técnico e do conhecimento como possível saída, porém o autor esclarece que o progresso técnico e o conhecimento podem ser utilizados tanto para os propósitos do projeto neoconservador quanto como uma ferramenta de dominação a serviço dos interesses da classe burguesa.

O neoliberalismo, como ideologia dominante nas últimas décadas, tem exercido influência profunda em diversas esferas sociais, incluindo a educação. No contexto do novo ensino médio, a presença do pensamento neoliberal é visível, afetando não apenas a estrutura curricular, mas também a concepção fundamental da educação como um bem público.

A perspectiva neoliberal defende a minimização da intervenção estatal na economia e promove a privatização e mercantilização de diversos setores, incluindo a educação. Essa visão se manifesta no novo ensino médio ao priorizar uma abordagem que valoriza a formação técnica em detrimento de uma educação mais ampla e humanística.

Conforme apontado por Harvey (2005), essa mentalidade reducionista encara a educação como uma mercadoria a ser transacionada no mercado de trabalho, priorizando habilidades imediatamente úteis para a produção e o consumo, em detrimento do desenvolvimento integral dos indivíduos.

O neoliberalismo, ao promover a competição e a meritocracia, aprofunda as desigualdades socioeconômicas, refletindo-se diretamente no novo ensino médio. A diversificação curricular, em teoria, permite a escolha de itinerários formativos pelos





estudantes, mas na prática, amplia as discrepâncias entre as escolas e favorece aqueles com mais recursos.

Giroux (2014) argumenta que essa abordagem neoliberal na educação perpetua a exclusão social, marginalizando estudantes de camadas mais vulneráveis, limitando suas escolhas e oportunidades futuras.

Outro aspecto crítico é a precarização do trabalho dos professores, resultante das políticas neoliberais. A ênfase na eficiência, mensuração de resultados e pressão por desempenho afeta a qualidade do ensino, além de minar a autonomia pedagógica dos educadores.

De acordo com Apple (2006), a lógica neoliberal na educação enfraquece a educação pública ao promover cortes orçamentários, redução de investimentos e privatização, deixando-a vulnerável à lógica do mercado e comprometendo seu papel na formação cidadã e crítica dos alunos.

No seu artigo, Fernando Bonadia (2020) destaca que a reforma atual do Novo Ensino Médio repete os dilemas enfrentados por reformas anteriores, todas elas sem eficácia em promover uma mudança significativa na essência geral da didática historicamente aceita. O autor chega à conclusão de que a maior parte dos manuais relaciona as reformas educacionais da ditadura com a abordagem pedagógica tecnicista. Ele ressalta que o liberalismo educacional presente no Novo Ensino Médio tende a se alinhar facilmente ao tecnicismo, resultando, entre outras consequências, na precarização do trabalho docente e na diminuição da autonomia do professor diante da estruturação do trabalho pedagógico.

Como foi antecipado por Fernando, a história de uma nova reforma buscando um progresso e uma igualdade educacional ilusória parece se repetir: assim como a Lei nº5.692 de 1971 delineava uma parte comum e outra parte técnica\diversificada, a atual reforma da LDB nº13.415 de 2017 (Novo Ensino Médio) também estipula essa divisão, utilizando uma abordagem similar e envolvendo a mesma classe de elite os empresários e intermediários, evidenciando claramente a permanência da influência do mercado na educação. No entanto, mais do que antes, o atual projeto do Novo Ensino Médio se conecta com a avaliação e a padronização rígida dos métodos de ensino, pois a lógica subjacente a essa conexão é agora uma forma de tecnicismo renovada. Seria, portanto, um neotecnicismo, cuja eficiência é



baseada em modelos de produção mais modernos, totalmente mensuráveis, digitalizáveis, escalonáveis e hierarquizáveis e com a pretensão de neutralidade positivista.

Entretanto, para o melhor entendimento da ação do tecnicismo ou neotecnicismo impulsionados pelo neoliberalismo na educação pública paulista é necessário compreender como ocorre a educação neoliberal na sociedade capitalista.

## **II – A Educação Neoliberal Responsável Pela Alienação Na Sociedade Capitalista**

Mészáros(2008) é reconhecido como um dos principais pensadores marxistas da atualidade e traz uma contribuição significativa para a análise dos impactos do sistema capitalista sobre a humanidade nos tempos presentes.

As unidades fundamentais das formas de controle sociometabólico do passado eram marcadas por um alto nível de independência na relação entre produção material e seu gerenciamento. Isso não se restringe apenas às comunidades tribais iniciais, mas abrange também a economia doméstica das sociedades antigas escravocratas e o sistema feudal presente na Idade Média. À medida que essa independência é rompida e gradualmente substituída por interações denominadas metabólicas e reprodutivas mais amplas, presenciamos o triunfante avanço do controle capitalista, que, com o tempo, traz consigo a disseminação universal da alienação e da reificação (MÉSZÁROS,1981, p. 101).

Contudo, Mészáros, em sua obra “A educação para além do capital”, (2008, p. 17), considera:

digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação”. E continua: “Em uma sociedade do capital, a educação e o trabalho se subordinam a essa dinâmica, da mesma forma que em uma sociedade em que se universalize o trabalho uma sociedade em que todos se tornem trabalhadores, somente aí se universalizará a educação.

A partir dessa análise, percebemos que não é viável reestruturar o sistema educacional nesta sociedade sem modificar a submissão ao trabalho na sociedade capitalista contemporânea. No entanto, é evidente nos discursos educacionais, tanto nos documentos legais como a LDB nº13.415/2017 e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, quanto nos textos e comunicações de teóricos da educação e na mídia, entre outros, a proposta de defender a



universalização da educação escolar, especificamente, do ensino, como um vínculo à universalização da educação com a reforma da sociedade. Nesse caso, trata-se de uma defesa reformista que considera a educação como um meio para resolver certos problemas sociais, sem, contudo, modificar a estrutura fundamental da sociedade ou seja nessas reformas se observa a persistência da desigualdade no ensino.

Conforme observa Mészáros:

“  
[...] caso não se valorize um determinado modo de reprodução da sociedade como o necessário quadro de intercâmbio social, serão admitidos, em nome da reforma, apenas alguns ajustes menores em todos os âmbitos, incluindo o da educação. As mudanças sob tais limitações, apriorísticas e prejudicadas, são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da lógica global de um determinado sistema de reprodução (MÉSZÁROS, 2008, p. 25).

Esse trecho evidencia que toda reforma educacional visa preservar a estrutura da sociedade neoliberal e capitalista, uma vez que busca resolver determinadas questões da educação em determinada sociedade sem promover mudanças fundamentais em sua base.

Para entender a relação entre políticas públicas educacionais e o processo de regulação do Estado, é preciso considerar os contextos históricos em que tais políticas foram efetivas e considerar que o Estado não pode ser entendido em si mesmo, mas nas relações materiais que determinam os processos sociais, políticos, econômicos e ideológicos que o constituem.

As políticas públicas de regulação de diversos setores do Estado, inclusive da educação, partiram do pressuposto de que o Estado Liberal Brasileiro era grande, ineficiente e benevolente demais. Estes adjetivos permearam na década de 1990 uma reforma do Estado que tinha como pano de fundo a crise de acumulação de capital.

Com o avanço e a expansão do Estado liberal, a administração burocrática revelou-se cada vez mais ineficaz, lenta, dispendiosa e desprovida de foco no atendimento às necessidades dos cidadãos. Conforme o Estado crescia e assumia novas responsabilidades, sua estrutura burocrática mantinha-se lenta e pouco eficiente, incapaz de resolver os desafios decorrentes desse crescimento. Isso ocorreu porque, no século XX, o Estado passou a desempenhar funções



econômicas e sociais (saúde, educação, cultura) além de ser o responsável por regulamentar o sistema econômico interno e as relações econômicas internacionais (PEREIRA, 1996).

No contexto da reforma do Estado brasileiro, um dos aspectos primordiais e que impulsionaram a sua reforma foram o fortalecimento do Estado e sua regulação, do ponto de vista de adequar as ações do Estado numa dinâmica gerencial, baseada numa administração eficiente e voltada unicamente para o controle de resultados. (CHIRINÉA, 2017)

Levando em conta a perspectiva neoliberal dos anos 90, temos uma visão onde é preciso abandonar concepções antigas de um Estado assistencialista e paternalista, que anteriormente se concentrava amplamente em produzir bens de serviço por meio de ações diretas. O Estado neoliberal propõe que estas funções de produção de bens e serviços deve ser transferida para o setor privado, garantindo segundo eles a eficácia e custos mais baixos de produção, um dos muitos produtos do Estado neoliberal é a educação.

No entanto, é crucial discutir o papel do governo neoliberal diante da contemporaneidade, com o avanço da globalização, a transnacionalização dos fluxos de capital no mundo e os desafios enfrentados pelas crises financeiras, estruturais e de busca incessante apenas por resultados que afetam os sistemas educacionais como um todo. Nesse contexto, há uma competição em busca dos melhores índices de desempenhos nas escolas e nos sistemas de ensino. E onde atualmente os Profissionais da educação que devem ministrar aulas no novo currículo do ensino médio se deparam com disciplinas voltadas unicamente a fabricação ‘culminância’ de produtos, são elas as eletivas e os itinerários formativos.



### **III – O Novo Ensino Médio e Sua Busca Incansável Pela Produção e Resultados, Eletivas e Itinerários Formativos**

O Novo Ensino Médio Paulista, como qualquer reforma educacional, enfrenta críticas e desafios, ao analisarmos a preparação para o trabalho tanto o Novo Ensino Médio Paulista quanto a pedagogia tecnicista possuem essa ênfase na preparação dos estudantes para o mercado de trabalho.

Uma crítica recorrente a reformas educacionais é a implementação desigual em diferentes escolas e regiões. Algumas escolas podem adotar as mudanças com sucesso, enquanto outras enfrentam desafios significativos devido à falta de recursos, capacitação de professores e infraestrutura adequada. Isso pode agravar as desigualdades educacionais. De acordo com as análises de Libâneo (1987), em seu livro *Democratização da Escola Pública*, a efetiva democratização da escola pública demanda não apenas acesso universal, mas também a garantia de condições equitativas de aprendizado, envolvendo políticas que visem à inclusão e à qualidade educacional para todos os estudantes

A implementação de reformas no ensino médio exige uma carga adicional de trabalho para os professores, que precisam se adaptar a novas abordagens curriculares e metodologias. A falta de tempo e recursos adequados para essa adaptação pode sobrecarregar os educadores e afetar negativamente a qualidade do ensino. Continuando a análise das reformulações no sistema de ensino, é fundamental ponderar minuciosamente sobre as demandas dos alunos provenientes de estratos socioeconômicos desfavorecidos, conforme abordado por Giroux (2001). O acesso igualitário a oportunidades educacionais de qualidade é essencial, e a falta de recursos ou apoio pode colocar esses alunos em desvantagem.

A implementação do novo ensino médio introduziu mudanças significativas no currículo, destacando as disciplinas eletivas e os itinerários formativos como elementos-chave para uma educação mais flexível e adaptada aos interesses individuais dos estudantes. No entanto, a inserção dessas modalidades curriculares suscita uma série de reflexões críticas quando analisadas à luz do contexto neoliberal que permeia o sistema educacional.

O neoliberalismo, enquanto ideologia, retomando a visão de Bonadia (2020), preconiza a individualização e a personalização de serviços, incluindo a educação. A introdução de disciplinas eletivas e itinerários formativos parece alinhar-se a essa premissa, permitindo aos



estudantes a escolha de áreas específicas de interesse. Contudo, essa aparente liberdade de escolha está intrinsecamente ligada a uma lógica mercadológica.

Segundo Giroux (2001), a implementação de itinerários formativos sob a ótica neoliberal conduz à educação sob medida para o mercado de trabalho, favorecendo habilidades imediatamente monetizáveis e negligenciando a formação integral do indivíduo.

Embora as disciplinas eletivas e os itinerários formativos possam oferecer um potencial de diversificação curricular, essa abordagem, quando analisada criticamente, revela disparidades preocupantes. A escolha de disciplinas eletivas pode se tornar um fardo quando influenciada por pressões externas, como as demandas do mercado de trabalho. Isso pode levar os estudantes a optarem por áreas que prometem sucesso financeiro em detrimento de suas verdadeiras paixões e habilidades, contribuindo para uma desconexão entre o aprendizado e o significado pessoal.

Escolas em regiões economicamente desfavorecidas ou com menor estrutura são frequentemente limitadas na oferta de disciplinas variadas e itinerários formativos robustos, as opções disponíveis são frequentemente limitadas e moldadas por padrões pré-determinados, refletindo uma diversificação superficial do currículo. No contexto do mercado capitalista, há uma crescente pressão sobre os alunos para fazerem escolhas que estejam alinhadas com as necessidades econômicas do momento. Isso pode resultar em uma abordagem pragmática, onde a escolha de disciplinas eletivas é moldada mais por perspectivas de emprego do que por paixões e interesses individuais.

Além disso, a implementação efetiva de disciplinas eletivas e itinerários formativos enfrenta desafios estruturais, como a falta de recursos, formação inadequada de professores e desigualdades socioeconômicas. Esses obstáculos podem limitar o acesso igualitário a oportunidades educacionais diversificadas.

De acordo com Freire (1987), a imposição de escolhas restritas não apenas limita o desenvolvimento individual dos estudantes, mas também compromete a integridade do processo educacional. Ao restringir severamente as opções, o sistema tende a padronizar as trajetórias de aprendizado, negligenciando as distintas preferências e habilidades de cada estudante. Isso não apenas resulta na alienação dos alunos, mas também enfraquece a essência educativa de respeitar e nutrir a individualidade de cada um.



A desigualdade de acesso, conforme analisado por Santos (2019), não é apenas uma questão de disparidade econômica, mas também um fator que perpetua uma segregação educacional persistente. Ao limitar o acesso a determinadas disciplinas e itinerários formativos, certos grupos de estudantes são privados não apenas de oportunidades educacionais, mas também do desenvolvimento de habilidades fundamentais que transcendem as exigências imediatas do mercado de trabalho. Essa segregação acaba por criar uma lacuna significativa entre os que têm e os que não têm, influenciando diretamente não apenas seu presente educacional, mas também suas perspectivas futuras.

A orientação estrita das disciplinas eletivas para se alinhar às necessidades do mercado de trabalho, como observado por Apple (2006), é um reflexo da lógica neoliberal que instrumentaliza a educação para servir principalmente aos interesses econômicos. Embora isso acabe por atender às demandas imediatas da sociedade capitalista, reduz a educação a uma mera ferramenta de capacitação profissional. Essa abordagem negligencia deliberadamente a importância de uma formação humanística, crítica e reflexiva, essencial para capacitar os indivíduos a enfrentarem os desafios sociais, políticos e culturais em um mundo em constante evolução

### **Considerações Finais**

O novo ensino médio, fortemente marcado pela coexistência entre o tradicionalismo de raiz jesuíta e o discurso incessante da inovação tecnológica na educação, abraçou o tecnicismo sem perder de vista a sua base autocrática. Fundamentado na promessa de eficiência, esse modelo, influenciado pelo ideário neoliberal, trouxe consigo uma série de desafios consideráveis para o sistema educacional Paulista.

Apesar dos abstrusos potenciais benefícios da flexibilização curricular, é imperativo encarar de frente as disparidades emergentes. A educação deve ser reconhecida como um direito inalienável, não uma mera mercadoria no mercado. Enquanto discutimos políticas educacionais, é crucial encontrar um equilíbrio entre a preparação para o mercado de trabalho e a formação de indivíduos críticos e engajados, assegurando que a educação seja verdadeiramente inclusiva e equitativa para todos os alunos.



Apesar do reconhecimento do Novo Ensino Médio paulista como referência no estado de São Paulo, é necessário um olhar crítico sobre essa reforma no campo educacional. Esta abordagem, ao falhar em reformar as bases do ensino, acaba por reforçar uma abordagem tecnicista ou neotecnicista, alinhada com as tendências do neoliberalismo e direcionada a atender às demandas do mercado de trabalho na sociedade capitalista.

É fundamental abordar cuidadosamente essas críticas, visões e preocupações que permeiam a população paulista em geral, garantindo que a implementação seja eficaz, equitativa e benéfica para todos os estudantes. Esse desafio exige o envolvimento de todas as partes interessadas, incluindo professores, alunos, pais e o governo do Estado de São Paulo, para encontrar soluções que atendam às necessidades educacionais da população de São Paulo, em vez de priorizar as exigências do mercado neoliberal.

A busca por uma educação de qualidade e inclusiva demanda uma reflexão constante, um diálogo aberto e uma colaboração ativa entre todos os envolvidos no sistema educacional, visando construir um ambiente de aprendizagem que verdadeiramente capacite os estudantes de forma crítica, social e política, os preparando para um mundo em constante processo de evolução.

## **Referências**

APPLE, M. W. **Cultura e poder educacional**. Editora Artes Médicas, 2006.

APPLE, M. W. **Educating the "right" way: Markets, standards, god, and inequality**. Routledge, 2006.

BONADIA, F. **Entre liberais e tecnicistas: A didática nas reformas do ensino**. *Educação em Revista*. 2020.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017, Novo Ensino Médio.





BRASIL. **Lei Federal nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 6377, 12 ago. 1971.

CHIRINÉA, A. M. Mecanismos de regulação para a educação no Brasil: contribuições para o debate. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.12, n.1, p. 168-189, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/download/9102/6294/26006>

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GIROUX, H. A. **Cultura, política e prática educacional**. Artmed Editora, 2001.

GIROUX, H. A. **Neoliberalism's war on higher education**. Haymarket Books, 2014.

HARVEY, D. **A brief history of neoliberalism**. Oxford University Press, 2005.

LIBÂNIO, C. **Democratização da escola pública**. São Paulo: Loyola, 1987.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo, Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

NEWTON, D. **Vigotski e o aprender a aprender**. 5 ed. Campinas: Autores associados, 2011.

PEREIRA, M. **Academia: estrutura técnica e administrativa**. Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

**Encontro de  
Pesquisa em História:  
40 Anos do NUPHIS**



**04 a 06  
dezembro**



**Evento  
Presencial**



Faça sua  
inscrição no  
nosso site!



**SANTOS, B. S. O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do Sul.**

Editora Autêntica, 2019.